



Operação Compliance Zero

STF entra em ebulição com queda de sigilos

Divulgação de investigações do Master acirra o embate na Corte, provoca guerra de ofícios e faz Moraes acusar Mendonça de liberação seletiva de documentos para “proteger grupo político”. Relator manda publicar peças que ainda estavam ocultas

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES

A tensão escalou, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), um dia depois de o presidente da Corte, Edson Fachin, pedir ao ministro André Mendonça o fim do sigilo sobre o caso das fraudes do Banco Master. A ordem deflagrou um novo e intenso embate entre Mendonça e o ministro Alexandre de Moraes, e envolveu, também, outros magistrados da Corte, numa guerra de ofícios endereçados a Fachin.

Um dos sigilos derrubados mostrou que Mendonça autorizou a Polícia Federal a abrir investigação contra o senador e candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, por causa dos repasses feitos pelo dono do Master, Daniel Vercaro, para, supostamente, financiar o filme Dark Horse, sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro (leia reportagem na página 3).

No entanto, Mendonça não quebrou sigilo de todos os documentos envolvidos na investigação, o que fez com que Moraes enviasse ofício a Fachin sustentando que o colega de Corte “selecionou subjetivamente” o que seria divulgado, prejudicando eventual análise a ser feita na sessão da próxima semana — na terça-feira, o plenário decidirá se abrirá investigação contra Moraes por suposto envolvimento com o dono do Master, Daniel Vercaro.

Ao longo do dia, Fachin acolheu pedidos da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do ministro Cristiano Zanin, e reforçou que todo o inquérito deve ser tornado público e não apenas trechos selecionados. Zanin solicitou, inclusive, a integral do conteúdo extraído do celular de Vercaro. No entanto, Mendonça afirmou que o aparelho está sob custódia da Polícia Federal e que ele recebeu uma cópia dos arquivos, que estão lacrados em seu gabinete. O relator do caso acrescentou que não houve acesso ao conteúdo por parte da equipe do Supremo. Ele ainda negou qualquer tentativa de ocultar trechos do caso.

No ofício no qual acusou Mendonça de seletividade, Moraes ressaltou que 180 documentos continuavam sob sigilo, e pediu a divulgação total. “Apesar da decisão de Vossa Excelência que, expressamente, afirmou que as PET 16.704 e PET 16.662 ‘evidenciam relação de conexão e continência’ e que a análise

Luiz Silveira/STF



Moraes disse que seletividade de Mendonça foi “proteção ostensiva de determinado grupo político”. Em seguida, relator derrubou o restante dos sigilos

Saiba mais

Gonet ausente

Envolto nos desdobramentos do caso Master, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, não assinou, ontem, o parecer do Ministério Público Federal (MPF) que pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubada integral do sigilo da Operação Compliance Zero. A manifestação, de apenas duas páginas foi assinada pelo vice-procurador-geral Hindenburgo Chateaubriand Filho. A ausência do PGR alimenta rumores de que ele poderá não participar do julgamento marcado para terça-feira. A solicitação de Chateaubriand Filho foi acatada pelo presidente do STF, Edson Fachin.

separada possibilitaria ‘risco concreto de decisões contraditórias e de tumulto processual’, ressaltando, ainda, que ‘as medidas determinadas em todos os feitos estão

O ministro determinou que Mendonça levantasse o sigilo e enviasse aos demais integrantes da Corte, em 24 horas, todas as peças relacionadas ao caso Master, inclusive as que não haviam sido liberadas.

A Procuradoria-Geral da República (PGR), na peça assinada pelo número 2 do órgão, questionou o fato de a lista de documentos liberados por Mendonça sobre o caso Master não conter “grande parte dos procedimentos correlatos à investigação mais ampla da chamada Operação Compliance Zero”. A PGR pediu o levantamento do sigilo “sem exceção”.

assentadas cada qual em bases fáticas e probatórias comuns e que parcialmente se sobrepõem’, somente foi convocada pauta para a análise da PET 16.662, o que é claramente

contraditório com os próprios fundamentos da decisão e prejudica a análise total dos fatos pelos Ministros julgadores”, escreveu Moraes.

Ele acrescentou: “Além disso, ao cumprir parcialmente a decisão de Vossa Excelência, o ministro André Mendonça, diretamente interessado no julgamento de ambas as PETs 16.704 e 16.662, selecionou subjetivamente o levantamento do sigilo, tornando público somente o que entendeu conveniente”.

Para Moraes, a decisão de Mendonça de manter o sigilo parcial prejudica a análise das provas em relação ao caso. “A seletividade, entretanto, foi ainda maior, pois nesses 15 (quinze) procedimentos contidos ou relacionados à PET 15.556 o sigilo levantado foi parcial, excluindo 180 (cento e oitenta) documentos e, consequentemente, dificultando a análise probatória”, disse.

O magistrado acusou Mendonça de agir para “proteger determinado grupo político”. O ofício foi enviado após Mendonça, relator do caso Master, afirmar que estava divulgando todos os documentos

relacionados ao caso. No entanto, Moraes anexou prints da página de acompanhamento processual em que aparece a mensagem informando que o processo “possui peças sigilosas não visíveis”.

“O levantamento seletivo e direcionado do sigilo realizada pelo ministro André Mendonça, na proteção ostensiva de determinado grupo político, repete a ilegal conduta de direcionamento dos acordos de colaboração premiada e de determinações de diligências de investigação de ofício contra alvos predeterminados”, frisou Moraes.

Horas depois, Mendonça retirou o sigilo de 18 processos relacionados ao Master — o conteúdo ainda não estava disponível até o fechamento desta edição. Antes, ele havia sustentado que parte dos permanências sob sigilo por envolver investigações em andamento, além de informações protegidas por sigilos bancário, fiscal e de dados pessoais.

Em meio à guerra de ofícios, o decano do STF, Gilmar Mendes, pediu a Fachin a junção de duas ações que tratam dos mesmos fatos

» Ofensiva contra diretor da PF

O ministro André Mendonça, do STF, publicou, ontem, um despacho em que defende a suspensão do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues. O ministro havia afastado o delegado do cargo e chegou a formar maioria na Segunda Turma, mas o presidente da Corte, Edson Fachin, reverteu a medida na quinta-feira, até que o plenário decida. No documento, o ministro rebate alegações da Advocacia-Geral da União (AGU), que apontou usurpação de prerrogativas do presidente da República. Ele cita precedentes do próprio tribunal em que seus membros reverteram atos da Presidência, inclusive de forma monocrática. Ontem, Rodrigues se manifestou em defesa de sua atuação na produção de relatórios de inteligência usados por Moraes contra Mendonça. Segundo ele, as peças foram apresentadas em atenção à ordem de Moraes nos autos do Inquérito das Fake News.

ligados às operações Compliance Zero e Sem Desconto: a Petição (Pet) 16.662 e a Petição (Pet) 16.704. No texto, o ministro questiona se a primeira ação está pronta para ser julgada pelo plenário na terça-feira e defende que a Presidência do tribunal assuma o comando dos casos, evitando decisões conflitantes.

Caso o julgamento de terça-feira seja mantido, Gilmar Mendes sugere que Fachin apresente o resumo do caso aos outros ministros.

A partir de agora, caberá ao plenário da Corte decidir como encaminhar o caso. Na terça, os 10 ministros se reunirão a partir das 10h, em sessão pública, para avaliar se autorizam ou não investigação contra Moraes. As regras do rito e participação serão definidas até o começo da sessão.

Moraes não deve votar, por ser o alvo do pedido feito por Mendonça para abertura de investigação. A tendência é de que o ministro Dias Toffoli se declare impedido por já ter deixado anteriormente a relatoria do caso Master. Mendonça deve participar por ser o relator do inquérito.

PF levanta suspeita sobre Toffoli

Um relatório da Polícia Federal (PF) indica a suspeita de que o ministro Dias Toffoli seja o “beneficiário final” ou “proprietário de fato” do fundo de investimento Arleen, que recebeu repasse de R\$ 35 milhões de Daniel Vercaro, dono do Banco Master. O documento da PF foi mantido em sigilo por sete meses sob a relatoria do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e revelado pela revista Piauí ontem.

Segundo o relatório, o repasse de R\$ 35 milhões teria ido parar nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal do Caribe, por meio de uma transação com a holding Egide I. O ministro já negou ter amizade com o

banqueiro ou ter recebido valores dele. Até o fechamento desta edição, ele não havia se manifestado sobre a posse de recursos no exterior.

De acordo com o relatório, o fundo Arleen era sócio do resort Tayayá, no interior do Paraná, ligado à família de Toffoli e pertencente a Vercaro, mas mudou de proprietário, sendo assumido por um empresário amigo do ministro do STF. Meses depois, transferiu seus ativos para o paraíso fiscal no Caribe.

“Foram identificados diversos elementos de informação que, analisados de forma conjunta, apontam no sentido de que o ministro José Antonio Dias Toffoli possa ter figurado como beneficiário final ou

proprietário de fato do FIP Arleen, bem como de seus ativos”, afirma o relatório revelado pela revista.

O ministro é sócio da empresa Maridt, que tinha participação societária em dois resorts da rede Tayayá. A empresa vendeu parte de sua participação a fundos de investimento que tinham Fabiano Zettel, o cunhado de Vercaro, como acionista.

Em maio de 2024, Vercaro perguntou por mensagem de WhatsApp a Zettel sobre a situação dos repasses ao resort do ministro. “Você não resolveu o aporte do fundo Tayayá? Estou em situação ruim”, escreveu o banqueiro. O cunhado respondeu: “Te perguntei se poderia ser semana

que vem e você disse que sim”.

Em agosto, Vercaro novamente relatou ao cunhado as cobranças de pagamentos. “Aquele negócio do Tayayá não foi feito?”, perguntou o banqueiro. Zettel respondeu que já tinha transferido para o intermediário responsável por efetivar o pagamento, mas que o aporte final dependeria dessa pessoa.

Por causa disso, Vercaro se irritou. “Cara, me deu um p*** problema. Onde tá a grana?”, afirmou ao cunhado. Zettel respondeu: “No fundo dono do Tayayá. Transfiro as cotas dele”. Para prestar contas diante das cobranças, Vercaro pediu a Zettel que levantasse todos os aportes realizados no Tayayá.

Luiz Roberto/TSE



O ministro Dias Toffoli teria dinheiro de Vercaro em paraíso fiscal